

## **ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE PLATAFORMAS**

**Data:** 07 de maio de 2009

**Local:** SYNDARMA - Rio de Janeiro

**Participantes:** José Roberto de Novaes Moniz de Aragão (MTE/SIT/DRT/RJ); Luiz Sérgio Brandão de Oliveira (MTE/SRTE/RJ); Augusto Madruga (FUNDACENTRO); Antonio Colucci (FUNDACENTRO); Carlos Alberto Monteiro (PETROBRAS); Sérgio Dacorso (SYNDARMA); Armando Vidigal (SYNDARMA); Armando Pinto Freitas (SINDPETRO/NF); Normando Rodrigues (Assessor Técnico – Trabalhadores); Adilson de Oliveira Siqueira (Assessor Técnico – Trabalhadores); Diego Folly (Assessor Técnico – Governo); Maria Cristina Reis (Assessora Técnica – Empregadores).

1. A reunião iniciou-se com o quorum necessário.
2. Em seguida foi lida e aprovada a ata da 29ª RO sem alterações.
3. Logo após retomou-se a discussão do tema da CIPA em Plataformas a partir da proposta do Governo com uma breve reflexão sobre os desdobramentos da reunião anterior.
4. Inicialmente foi dada a palavra a bancada de trabalhadores que se manifestou sobre o assunto, apresentando uma proposta de CIPA por plataforma envolvendo todas as empresas.
5. O assunto foi avaliado pelas bancadas de empregadores e de governo que interpretaram que haveria grandes dificuldades legais e operacionais para a aprovação de uma CIPA multiempresa por plataforma.
6. Após mais um ciclo de debates e de uma pequena paralisação para reuniões em separado de bancadas a reunião foi retomada.
7. No retorno, em nome da bancada de Governo o coordenador fez uma proposta mista que uniria o conjunto de proposições discutidas (Governo, Empregadores e Empregados).
8. Em linha gerais a proposta seria a constituição pelo operador da instalação de uma CIPA por plataforma formada por representantes funcionais do empregador (GPLAT, COOPROD, TEC SEGURANÇA) e por 1(hum) trabalhador eleito por seus pares em cada equipe de revezamento num total de 5 (cinco), sendo os 3 (três) primeiros mais votados os titulares e os 2 últimos os suplentes.
9. Esta composição faria com que sempre houvesse a bordo 3 representantes do empregados (funções) e 3 representantes dos empregados (eleitos) a cada reunião.
10. Para o caso das terceirizadas, em razão das suas características operacionais, foi aprovada a proposta dos empregadores de que cada empresa que presta serviços em plataformas, elegeria uma CIPA formada por trabalhadores de terra e trabalhadores off-shore.
11. A participação dos trabalhadores off-shore na CIPA única das empresas terceirizadas ficaria condicionada a sua presença em terra no dia da reunião, ou, aproveitando parte da proposta do governo, estando o Cipeiro eleito á bordo, ele participaria da reunião de CIPA da operadora da instalação e esta participação equivaleria a presença na Reunião da CIPA da empresa.
12. Os assuntos levantados a bordo referente a cada empresa seriam levados para constar em ata da CIPA única das teceirizadas.
13. Nestes termos gerais a proposta foi aceita por todos, ficando o Governo de apresentar uma redação final na próxima reunião.
14. Em seguida passou-se a discussão da proposta de Governo para o SESMT.

15. Resumido os termos da proposta, após debates de parte a parte, os empregadores apresentaram um texto substitutivo, mais abrangente, incorporando partes dos detalhes debatidos.
16. O texto substitutivo foi aprovado por todos conforme abaixo:

**“SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT)**

*O Operador de Instalação e as empresas que prestem serviços a bordo de plataformas e instalações de apoio dimensionarão os seus Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentadora NR-4, bem como devem atender, complementarmente, os seguintes requisitos:*

- 1. Em cada plataforma ou instalação de apoio com número de trabalhadores a embarcados acima de 25, o Operador da Instalação deverá garantir a existência, a bordo, de Técnico de Segurança do Trabalho, na proporção de um por grupo de 50 trabalhadores ou fração, considerando-se o número total de trabalhadores a bordo.*
  - 2. As empresas que prestarem serviços em plataformas e instalações de apoio e que mantenham a bordo um número de empregados acima de 50 devem manter no local Técnico de Segurança do Trabalho, na proporção de um por grupo de 50 empregados embarcados ou fração, durante o período de prestação do serviço.*
  - 3. Os Técnicos de Segurança do Trabalho de que trata o item 2 serão considerados para os efeitos do cumprimento do item 1.*
  - 4. Os Técnicos de Segurança do Trabalho que prestam serviços a bordo de cada plataforma ou instalação de apoio serão considerados para efeito da composição do SESMT da empresa operadora de instalação ou prestadora de serviços.*
  - 5. No caso de plataformas unidas por meio de pontes de interligação, permanentes ou provisórias, o conjunto dessas plataformas será considerado, para efeito de dimensionamento do número de Técnicos de Segurança do Trabalho a bordo, como uma única instalação.*
  - 6. É obrigatória a presença a bordo de Técnico de Segurança do Trabalho ou outros mais profissionais de segurança do trabalho, independentemente do número de trabalhadores embarcados, sempre que existam operações de risco onde isto se faça necessário.*
  - 7. O dimensionamento da quantidade de Técnicos de Segurança do Trabalho a bordo será baseado na média do número de trabalhadores presentes a bordo no trimestre anterior.*
17. Nada mais havendo a tratar, a 31ª Reunião Ordinária foi confirmada para o dia 28 de maio de 2009 das 10:30 às 17:30 hs, na sede do IBP, no Rio de Janeiro, para continuidade das discussões.

**José Roberto de Novaes Moniz de Aragão**  
**Coordenador da Subcomissão de Plataformas**